

PaSeguro BVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ: 22.142.291/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório relacionado às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Ativo	Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2021		2020		(Em milhares de reais)	
	Notas explicativas	2021	2020	2021	2020	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.403	68.447			
Securitização de operações de crédito	4	1.232.352	385.135			
Contas a receber de partes relacionadas	5	-	6.062			
Outros ativos		1.070	1.045			
Total do ativo circulante		1.291.825	460.689			
Não circulante						
Securitização de operações de crédito	4	153.800	27.357			
Depósitos Judiciais		-	47			
Imposto de renda diferido	6	20	450			
Intangível		975	603			
Total do ativo não circulante		154.815	28.457			
Total do ativo		1.446.640	489.146			

Passivo e patrimônio líquido	Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2021		2020		(Em milhares de reais)	
	Notas explicativas	2021	2020	2021	2020	
Circulante						
Fornecedores		121	81			
Contas a pagar de partes relacionadas	5	9.253	-			
Débitos com partes relacionadas	5	180.000	-			
Impostos e contribuições		588	207			
Provisão para contingências		18	4			
Distribuição de dividendos	7	67	4			
Total do passivo circulante		190.047	292			
Não circulante						
Débitos com partes relacionadas	5	1.249.565	488.485			
Total do passivo não circulante		1.249.565	488.485			
Patrimônio líquido						
Capital social	7	-	-			
Reserva de lucros		7.028	368			
Total do patrimônio líquido		7.028	368			
Total do passivo e patrimônio líquido		1.446.640	489.146			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados		Total do patrimônio líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019								
Lucro líquido do exercício					431		431	
Distribuição de dividendos					(4)		(4)	
Transferência para resultados acumulados					427		427	
Saldos em 31 de dezembro de 2020					372		372	
Lucro líquido do exercício					6.728		6.728	
Lucro distribuído					(4)		(4)	
Dividendos obrigatórios					(6)		(6)	
Transferência para lucros acumulados					6.660		6.660	
Saldos em 31 de dezembro de 2021					7.028		7.028	

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Empresa: A PaSeguro BVA Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "BVA") é uma sociedade anônima com sede no Município de São Paulo - SP, Brasil, cujo objeto social é (i) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (ii) a emissão e colocação privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários negociáveis com suas atividades; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos. Em outubro de 2017, a PaSeguro Internet SA ("PaSeguro") adquiriu o controle de 51,41% da BVAO Holding SA ("BVAO"). Em novembro de 2017, em janeiro, março e abril de 2018 e em abril de 2019 adquiriu participação acionária adicional de 7,89%, 15,1%, 0,5%, 2,4% e 22,65% respectivamente, passando a deter uma participação total de 100% da BVAO, a qual era a controladora da BVA. A partir de novembro de 2020, a Companhia passou a ser controlada diretamente pelo PaSeguro, que incorporou 100% da participação acionária da BVA que anteriormente pertencia à BVAO. A partir de novembro de 2018, foram emitidas séries de debêntures com o PaSeguro. Todas possuem vencimento para a partir do ano de 2022. Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CDBs para a cessação de créditos conformes de debêntures aplicativas 6. As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Empresa em 27 de abril de 2022. Base de avaliação e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Empresa foram preparadas com base no custo histórico e expressas em Reais, sendo essa a sua moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 2.2 Ativos financeiros: 2.2.1 Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não classifica nenhum ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes. 2.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes e compreendem os saldos de equivalentes de caixa, 2.2.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado não são devolvidos com pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado da Companhia compreendem as "Securitização de operações de crédito", "outros ativos" e "contas a receber de partes relacionadas". 2.2.4 Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baseados quanto os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido reconhecidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os seus os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.2.5 Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As ECLs são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais, menos os fluxos de caixa esperados, descontados à taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência que são possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma provisão para perdas é necessária para perdas de crédito esperadas ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito total que não foram inicialmente) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor contábil é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. 2.3 Securitização de operações de crédito: As Securitizações de operações de crédito são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação devida. 2.4 Ativos intangíveis: O ativo intangível é composto por licenças de softwares que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir tais softwares e para os custos de diferença entre o valor contábil dos ativos e o custo de aquisição pelo método linear durante a sua útil estimada dos softwares, que são de cinco anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados allocated ao seu desenvolvimento. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando ocorrer, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. 2.5 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes e o pagamento é devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional dos negócios, se for maior que esse período). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. 2.6 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva atual como resultado de eventos passados; é provável que um saldo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e a quantidade pode ser estimada de forma confiável. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, devido a um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um item separado, mas somente quando o reembolso é praticamente certo. As despesas associadas a quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado, líquidas de quaisquer reembolsos. 2.7 Reconhecimento de receita: As receitas são reconhecidas substancialmente por securitização de carteiras de empréstimos e recebíveis de cartão de crédito, por meio de cédulas de créditos bancários ("CCBs") remuneradas e juros privados, sendo tais juros reconhecidos como receita para a Companhia. 2.8 Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida com base no estatuto social da Companhia, que prevê que, no mínimo, 1% e no máximo 50% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.9 Imposto de renda e

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida dos serviços prestados	8	290.086	110.171	
Custo dos serviços prestados	9	(279.759)	(110.289)	
Lucro (prejuízo) operacional		10.327	(118)	
Despesas administrativas		(67)	(92)	
Outras despesas e receitas, líquidas		9	(1.383)	(444)
Resultado financeiro antes do resultado financeiro			(25)	59
Resultado financeiro			8.919	(503)
Receitas financeiras			3	1.233
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			10.152	588
Imposto de renda e contribuição social corrente			6	(2.944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			6	(430)
Lucro líquido do exercício			6.728	431
Lucro por ação			67	4

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	31 de dezembro		2020	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício			6.728	431
Outros componentes do resultado abrangente			59	(118)
Total do resultado abrangente no semestre / exercício			6.728	431

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Variação de ativos e passivos operacionais			10.152	588
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:				
Depreciação e amortização	9	139	25	
Acrescimo (reversão) provisão para contingências			18	
Variação de ativos e passivos operacionais				
Concessão de dívidas	4	(973,680)	(120,334)	
Contas a receber de partes relacionadas	5	6.062	16,149	
Outras contas a receber			(25)	(773)
Depósitos Judiciais			47	(47)
Fornecedores			40	26
Outras contas a pagar			(67)	92
Impostos e contribuições			(27)	92
Imposto de renda e contribuição social pagas			(2,377)	(837)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais			(959,928)	(104,274)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de intangível			(511)	(628)
Caixa utilizado nas atividades de investimento			(511)	(628)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contas a pagar de Partes relacionadas	5	950,332	170,597	
Distribuição de dividendos			63	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento			950,332	170,597
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			(110,044)	65,695
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			68,447	2,152
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			58,403	68,447
Movimentação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa			(110,044)	65,695

	2021		2020	
	Despesa	Receita	Despesa	Receita
PaSeguro (a)	286,975	-	108,870	-
BancoSeguro	177	695	695	108,870
	286,975	695	695	108,870

(a) As Debêntures são nominativas e escrituradas, sem emissão de caules ou certificados, e não são conversíveis em ações da Companhia. As debêntures não foram registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As transações de titularidade das Debêntures foram realizadas por meio de operações privadas, as quais foram registradas junto ao Escriturador. A Companhia poderá efetuar o pagamento das debêntures da respectiva série, total ou parcialmente, mediante a utilização dos CDBs que não foram integralmente quitados até a data do respectivo vencimento, pelo saldo do valor das dívidas representadas por CDBs, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.866, de 26 de janeiro de 2000. Caso, a qualquer momento, seja realizado mediante entrega em pagamento das CDBs seja parcial, este deverá ser efetuado proporcionalmente à quantidade de debêntures de cada uma das debenturadas dentro da respectiva Série, conforme o caso. 6. Imposto de renda diferido

	Saldo em 31/12/2020		Reconhecido no resultado		Reversão		Saldo em 31/12/2021	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Ativo:								
Prejuízos fiscais	320	-	(320)	-				
Básica negativa de contribuição social	117	-	(117)	-				
Outras adições temporárias	13	20	(13)	20				
	450	20	(450)	20				

	Reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social		Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		Alíquota vigente	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social			10.152	588		
Alíquota vigente			34,4%	34%		
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente			(3.452)	(200)		
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre Adições (excluídas) permanentes:						
Adicional de 10% de IR			24	24		
Outras adições (excluídas)			3	19		
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício			(3.424)	(157)		
Imposto de renda e contribuição social - correntes			(2.944)	(112)		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos			(430)	(45)		
Alíquota Efetiva			34,4%	27%		

7. Patrimônio líquido: a) Reserva de retenção de lucro: A Diretoria do PaSeguro BVA Securitizadora de Créditos Financeiros propôs a constituição de reserva de retenção de lucro de R\$6.650 referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. b) Dividendos: Baseado no estatuto social, que prevê no mínimo 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos, provisionamos a distribuição de R\$67 de dividendos em 31 de dezembro de 2021 a serem aprovados em reunião de diretoria. No ano de 2021 foram pagos R\$4 referentes aos resultados de 2020.

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida dos serviços prestados			290.086	110.171
Despesa com pessoal			(5.768)	(62)
Consultoria e Auditoria			(468)	(437)
Despesas com manutenção e ocupação			(25)	(284)
Depreciação e amortização			(139)	(25)
Outros Custos			(67)	(92)
Total de despesas			(6.650)	(110,733)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados			(279.759)	(110,289)
Gerais e administrativas			(1.383)	(444)
			(281.142)	(110,733)

10. Valor justo: O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seja, considerações não observáveis). A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significativas (Nível 2)	Adições não observáveis significativas (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significativas (Nível 2)	Adições não observáveis significativas (Nível 3)
	Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		58.403	-		68.447	-
Securitização operações de crédito		1.386.172	-		412.492	-
Contas a receber partes relacionadas		-	-		-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores		-	121		-	81
Contas a pagar de partes relacionadas- Debêntures com partes relacionadas		-	9.253		-	488.485
ABVA acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.						

A Diretoria Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC 1SP12238/0-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos